

# Zanka Infraestrutura S.A.

Demonstrações Financeiras Anual em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

# Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório da auditoria	5
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

# Relatório da Administração

Apresentamos abaixo as demonstrações financeiras da Zanka Infraestrutura S.A. ("Zanka ou Companhia"), relativas ao exercício de 2025.

## 1 – Mensagem do Conselho

O ano de 2025 foi marcado pelo início das atividades operacionais da Companhia e pela participação nos consórcios construtores responsáveis pelos trabalhos iniciais da Rodovia BR-381 ("BR-381/MG") localizada no estado de Minas Gerais e a Rodovia BR-364 ("BR-364/RO") localizada no estado de Rondônia.

Continuamos no fortalecimento das equipes operacionais, adotando as melhores práticas do mercado de gestão, buscando um ambiente saudável e seguro, bem como na disponibilização dos melhores recursos e equipamentos necessários para execução das obras. Entramos em 2026 com a certeza, de entregar resultados com segurança e qualidade aos acionistas e rodovias melhores, a todos os usuários. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais.

## 2 – Informações Gerais

### 2.1 - O Consórcio Construtor BR-381 ("Consórcio 381"):

Constituído em 12 de novembro de 2024, tem como atividade principal a execução de obras na BR-364/MG, no trecho entre Belo Horizonte/MG, a partir do entroncamento com a BR-262/MG (p/ Sabará) e o entroncamento com a BR-116/MG, em Governador Valadares/MG, totalizando 304 km. Os serviços serão prestados exclusivamente à Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. ("Concessionária Nova 381").

O Consórcio 381 é formado pelas seguintes consorciadas e suas respectivas participações:

Consoiciada	CNPJ	% Participação
Zanka Infraestrutura S.A.	60.138.713/0001-48	50,00%
Construtora Aterpa S.A. (Líder)*	17.162.983/0001-65	12,50%
Senpar Ltda	56.372.253/0001-40	12,50%
MLC Infra Construção S.A.	31.858.881/0001-00	12,50%
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.	40.450.769/0001-26	12,50%

### 2.2 - O consórcio Construtor Nova 364 ("Consórcio 364"):

Constituído em 25 de agosto de 2025, tem como atividade principal a execução de obras na BR-364/RO, compreendendo: a via principal, entre o entroncamento com a BR-435(B)/RO-399 (p/ Colorado do Oeste) e o entroncamento com a BR-319 (Porto Velho - Av. Jorge Teixeira); o trecho do Contorno Ji-Paraná, entre o início e o fim do Anel Viário Ji-Paraná; e o acesso ao Porto Novo (extensão prevista no contrato de concessão). A extensão total é de 721 km, e os serviços serão prestados exclusivamente à Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A. ("Concessionária Nova 364").

O Consórcio 364 é composto pelas seguintes consorciadas, com suas respectivas participações:

Consoiciada	CNPJ	% Participação
Zanka Infraestrutura S.A.	60.138.713/0001-48	50,00%
Construtora Aterpa S.A.	17.162.983/0001-65	12,50%
Senpar Ltda	56.372.253/0001-40	12,50%
MLC Infra Construção S.A.	31.858.881/0001-00	12,50%
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. (Líder)	40.450.769/0001-26	12,50%

O Consórcios são disciplinados pela Lei nº 6.404/1976, arts. 278 e 279 (Lei das S/A).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em reunião realizada em 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos administradores da Zanka Infraestrutura S.A.

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zanka Infraestrutura S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zanka Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2026

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC SP-023228/O-4 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral  
Contador CRC GO-018421/O-0


**ZANKA INFRAESTRUTURA S.A.**

CNPJ: 60.138.713/0001-48

**Balancos Patrimoniais  
Em 31 de Dezembro de 2025***Em milhares de reais*

<b>Ativo</b>		<b>2025</b>	<b>Passivo</b>		<b>2025</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	9	4.627	Fornecedores	14	2.007
Contas a receber clientes	10	8.422	Obrigações fiscais	17	638
Adiantamentos a fornecedores		343	Salários e encargos a pagar	16	1.099
Estoques	11	346	Dividendos	20.d	710
Adiantamento a funcionários		4	Adiantamento de clientes	15	7.825
Impostos a recuperar	12	2.862	Partes relacionadas	18	1.262
		<u>16.604</u>			<u>13.541</u>
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Depósitos em caução		55	Provisões tributárias e trabalhistas	19	712
Imobilizado	13	1.087			<u>712</u>
		<u>1.142</u>			
			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>20</b>	
			Capital social	20.a	1.210
			Reserva Legal	20.c1	150
			Reserva de Retenção de Lucros	20.c2	2.132
					<u>3.492</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u><u>17.745</u></u>	<b>Total do Passivo</b>		<u><u>17.745</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DocuSigned by:  
  
 60DA03F0454E474...

Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque  
 Contador CRC RJ 087065/O-8

**ZANKA INFRAESTRUTURA S.A.**

CNPJ: 60.138.713/0001-48

**Demonstrações dos Resultados**  
**Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025***Em milhares de reais*

		<u>2025</u>
<b>Receita Líquida de Serviços Prestados</b>	21	91.221
Custos dos Serviços Prestados	22	(81.372)
<b>Lucro (Prejuízo) Bruto</b>		<u>9.849</u>
<b>Despesas administrativas e operacionais</b>		
Despesas administrativas	22	(4.184)
Outras despesas operacionais	22	(705)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<u>4.960</u>
<b>Resultado financeiro</b>	23	
Receita financeira		89
Despesa financeira		(38)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>5.011</u>
Imposto de renda e contribuição social	24	(2.019)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>2.992</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DocuSigned by:  
*Marcelo Seixas*  
60DA03F0454E474...

Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque  
Contador CRC RJ 087065/O-8

**ZANKA INFRAESTRUTURA S.A.**

CNPJ: 60.138.713/0001-48

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025**

	<u>2025</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>2.992</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>2.992</u></u>

notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábe

DocuSigned by:  
*Marcelo Seixas*  
60DA03F0454E474...

Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque  
Contador CRC RJ 087065/O-8

**ZANKA INFRAESTRUTURA S.A.**

CNPJ: 60.138.713/0001-48

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025**

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de Lucros</b>		<b>Lucro</b>	<b>Total</b>
		<b>Reserva Legal</b>	<b>Reserva de Retenção de Lucros</b>		
Integralização de capital	1.210	-	-	-	1.210
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.992	2.992
Destinações:					
Dividendos	-	-	-	(710)	(710)
Reserva de Retenção de Lucros	-	150	2.132	(2.282)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>1.210</b>	<b>150</b>	<b>2.132</b>	<b>-</b>	<b>3.492</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DocuSigned by:  
  
 60DA03F0454E474...

Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque  
 Contador CRC RJ 087065/O-8

**ZANKA INFRAESTRUTURA S.A.**

CNPJ: 60.138.713/0001-48

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025**

	Nota	<u>31/12/2025</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		2.992
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	22	98
Provisão para perdas em investimentos/ativos	19	712
Fornecedores comprometimento	14	188
Juros/selics fiscais	-	<u>7</u>
		<u>3.997</u>
Variações de ativos e passivos circulantes e não circulantes		
Contas a receber de clientes e de vendas de ativos e investimentos	10	(8.422)
Estoques	11	(346)
Impostos a recuperar / compensar	12	(2.855)
Outros ativos		(418)
Fornecedores	14	1.819
Salários e encargos sociais a pagar	16	1.099
Impostos a recolher	12	638
Adiantamento de clientes	15	7.825
Partes relacionadas	18	1.262
Outros passivos		<u>1</u>
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>		<u>604</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>4.601</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	13	1.210
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<u>1.210</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	13	(1.184)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<u>(1.184)</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>		<u><u>4.627</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	4.627
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<u>4.627</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSigned by:

*Marcelo Seixas*

60DA03F0454E474...

Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque  
Contador CRC RJ 087065/O-8

## 1. Contexto operacional

A Zanka Infraestrutura S.A. (“Zanka ou Companhia”), foi fundada em 26 de março de 2025 como sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade do Rio de Janeiro-RJ. A Companhia tem como principal atividade a prestação de serviços de engenharia, destacando-se a execução de obras de infraestrutura, rodoviárias, obras de arte especiais, escoramento e contenção de encostas, recuperação e reforço estrutural de edificações, manutenção corretiva e preventiva, operação e manutenção de empreendimentos públicos e privados, coleta de resíduos não perigosos de origem urbana ou industrial, inclusive de materiais recuperáveis, entulhos e resíduos provenientes de obras e demolições, bem como participação em outras sociedades relacionadas às suas atividades.

O controle da Companhia é exercido pelo Opportunity Dinâmico Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior que detém 99,99% das ações ordinárias.

Após a constituição, no exercício de 2025, a Companhia iniciou suas atividades operacionais por meio da participação em consórcios voltados à execução de obras de infraestrutura rodoviária. A Companhia, em conjunto com outras construtoras, participa atualmente do Consórcio 381, constituído em 12 de novembro de 2024 e que iniciou suas atividades operacionais em 2025 e do Consórcio Construtor 364, constituído em 25 de agosto de 2025 e que iniciou suas atividades operacionais em 2025.

## 2. Base de preparação

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 3. Base de mensuração e Resumo das Principais Políticas Contábeis Materiais

### (a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### (b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

Não houve novas alterações e interpretações a partir da constituição da Companhia em 26 de março de 2025 que são relevantes.

### (c) Empreendimentos Controlados em Conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordo em conjunto são classificados como operações em conjunto (*Joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint ventures*) dependendo dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e obrigações contratuais do grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operações em conjunto são contabilizados proporcionalmente nas demonstrações financeiras.

### 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Incluem ainda investimentos de alta liquidez com vencimentos em até 90 dias da data da aplicação.

### 3.3. Instrumentos financeiros

#### 3.3.1. Classificação e mensuração

##### Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base nas premissas abaixo:

(a) Modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto,

(b) Características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

##### (i) Custo amortizado

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

##### (ii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

##### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica seus passivos financeiros em Custo Amortizado, representado por Fornecedores e Adiantamento de Clientes.

### 3.3.2. Desreconhecimento

#### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### 3.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção em liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

### 3.3.4. Impairment de ativos financeiros

#### Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Falência do tomador ou outra reorganização financeira, ou
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**3.4. Contas a receber de clientes**

Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação dos serviços executados até a data das demonstrações financeiras, ainda que representem valores parciais de contratos de obras em execução naquelas datas. São registradas ao valor justo e classificadas como contas a receber de cliente e demais contas a receber, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo. Subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

Não há provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa já que o único cliente (Concessionária) concedeu adiantamento contratual e ocorrem pagamentos mensais das medições.

**3.5. Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. As taxas de vida útil são revisadas anualmente pela Administração e estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores possam ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído, vendido ou transferido para outra entidade, é baixado. Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

**3.6. Impairment de ativos não financeiros**

Os bens e direitos do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos, são avaliados anualmente pela Administração para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Em linha com o CPC 01, a Administração da Companhia avaliou os ativos sujeitos a ajuste de recuperação e não identificou a necessidade de serem efetuados ajustes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**3.7. Contas a pagar aos fornecedores**

São obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. Não há diferença significativa entre o valor da fatura e seu valor presente, devido ao curto prazo para pagamento.

**3.8. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**a) Provisões para riscos**

As provisões para processos judiciais são constituídas para todas os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**3.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% conforme legislação, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**3.10. Benefícios a empregados**

A Companhia possui planos de benefícios a empregados que podem incluir assistência médica, a participação nos lucros, bônus e seguro de vida em grupo. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados está apresentada na Nota Explicativa nº 25.

**3.11. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no Patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações e opções são demonstrados no Patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

**3.12. Reconhecimento da receita**

A Companhia reconhece a receita quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia deve considerar a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

**a) Receita de serviços de engenharia**

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando (ou à medida que) satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente. A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados, e o preço dos serviços prestados é alocado com base no contrato estabelecido entre as partes. O preço de venda é determinado com base nos preços contratuais. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle deste ativo.

**b) Contratos de construção**

As receitas de contrato de construção são reconhecidas pela Companhia tomando como base o estágio de execução das obras ao longo do tempo e contemplando a mensuração dos custos incorridos com os trabalhos executados em cada contrato, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A receita é apresentada líquida de impostos sobre as vendas (PIS e Cofins). Para fins de cálculo do PIS e da Cofins, a alíquota total é de 3,65% para as atividades tributadas pelo regime cumulativo (execução de obras de construção) e 9,25% para atividades tributadas pelo regime não cumulativo (demais atividades).

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas respectivas alíquotas básicas:

Impostos e tributos	Alíquotas
PIS – Regime Cumulativo	0,65%
Cofins – Regime Cumulativo	3,00%
PIS – Regime Não Cumulativo	1,65%
Cofins – Regime Não Cumulativo	7,60%
ISS	2,00% a 5,00%

As receitas financeiras são tributadas pelas alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para COFINS.

O recolhimento de PIS e COFINS em consórcios de empresas é realizado individualmente por cada consorciada, proporcionalmente à sua participação no empreendimento, pois a Companhia não possui personalidade jurídica própria. A tributação segue o regime de competência e a proporção da receita bruta atribuída a cada empresa no contrato.

### 3.13. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Receita e despesas de juros e encargos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial e monetária sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- Descontos obtidos e concedidos;
- Atualizações fiscais (Selic);
- IOF; e
- Despesas e taxas bancárias.

### 3.14. Novas normas contábeis e interpretações

#### Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### a) CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

#### b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40(R1));
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40 (R1))

#### 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

##### i) Reconhecimento de receita

Durante 2025, a Companhia utilizou o método da evolução física dos contratos por entender que esse método é o que melhor representa o reconhecimento contábil da receita para essas obras.

Além disso, foram averiguados todos os aspectos constantes no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – para identificar as obrigações de performance dos contratos, a determinação do preço da transação e momento de reconhecimento da receita.

##### ii) Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados ou amortizados durante sua vida útil, até o limite de seu valor provável de realização. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão incluídos na Nota Explicativa nº 13.

##### iii) Provisão para riscos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado ou quando uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da controladora e do consolidado. A aplicação desses princípios contábeis, em caso de litígios, exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito, além de seu controle.

A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e analisando os relatórios emitidos pelos seus consultores externos, visando a avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes das mesmas serem emitidas), a experiência em casos semelhantes e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como elas vão responder ao litígio, reivindicação ou autuação. Mais detalhes incluindo valores contábeis estão divulgados na Nota Explicativa nº 19.

#### 5. Gestão de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, sem que, no entanto, isto a onere.

Similar a outras companhias do mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de endividamento calculado pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA.

Informações pertinentes aos riscos inerentes à operação da Companhia e à utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que as empresas consorciadas têm de aprovar, rever a política de pagamento de distribuição de resultado, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## 6. Instrumentos financeiros

A forma de identificação e condução dos riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

### a) Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Os instrumentos financeiros da Companhia que são afetados pelo risco de mercado incluem: **(i)** caixa e equivalentes de caixa;

### b) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações e para garantir a renovação de sua frota, máquinas, equipamentos e parte do seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia pode obter empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes no CDI.

Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração mantém contínuo monitoramento do CDI, com o propósito de, se necessário, contratar empréstimos com taxas pré-fixadas e fazer o swap da taxa de juros, trocando taxa pós-fixada para pré-fixada, eliminando o risco de flutuação da taxa básica de juros nos contratos de longo prazo.

Adicionalmente, quase a totalidade do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é também indexada à variação do CDI, mesmo indexador das dívidas de curto prazo.

A Companhia efetuara testes de sensibilidade para cenários adversos (deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável e queda de 10%), considerando as seguintes premissas:

Em 31 de dezembro de 2025 não há dívida com terceiros.

### c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito na Companhia recai, em suma, nos créditos a receber de clientes e no caixa e equivalentes de caixa depositados/aplicados em bancos e instituições financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo Comitê Técnico e Comitê Financeiro e de Auditoria da Companhia, conforme políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração, visando à minimização da concentração de riscos e, dessa forma, à redução de prejuízo financeiro no caso de eventual falência de uma contraparte.

Créditos a receber - O gerenciamento do risco de crédito relacionado às contas a receber é constantemente monitorado pela Companhia, que possui políticas estabelecidas de controle. Não há valores provisionados em PECLD em relação ao total do contas a receber em 2025 e 2024. O risco de crédito é mitigado pela segurança jurídica dos contratos.

Como os contratos preveem medições periódicas, o avanço na execução dos contratos ocorre paralelamente à liberação de recursos por parte do cliente, evitando aumento na exposição ao risco de crédito. Adicionalmente, o gerenciamento do risco de crédito inclui a análise da recuperabilidade dos créditos a receber, na qual se avalia a necessidade de constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, com o objetivo de ajustá-los aos seus valores prováveis de realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes' está divulgada na Nota Explicativa nº 10.

### d) Risco de liquidez

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia possua os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pelo Comitê Técnico e Comitê Financeiro e de Auditoria e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados

recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

**e) Risco cambial**

Risco cambial é o risco que resulta para o valor de um portfólio, ou dos resultados de uma empresa, de um movimento desfavorável de taxas de câmbio.

Como estratégia de gerenciamento do Risco Cambial, a Administração mantém contínuo monitoramento das taxas de câmbio, com o propósito de, se necessário, contratar operações de hedge accounting, eliminando o risco de flutuações desfavoráveis das taxas de câmbio.

Adicionalmente ressalta-se que a Companhia não mantém operações de crédito em moeda estrangeira.

**7. Gestão do capital****a) Índice de endividamento**

A Companhia não possui endividamento junto a terceiros ou a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2025.

**Valor justo dos instrumentos financeiros**

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Instrumentos financeiros (ativos)	31/12/2025			31/12/2024		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	8.422	8.422	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	4.627	4.627	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>13.049</b>	<b>13.049</b>	-	-	-	-

Instrumentos financeiros (passivos)	31/12/2025			31/12/2024		
	Contábil	Justo	Diferença	Contábil	Justo	Diferença
Partes relacionadas	1.262	1.262	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.262</b>	<b>1.262</b>	-	-	-	-

**8. Instrumentos financeiros por categoria**

	Categoria	31/12/2025	31/12/2024
	Custo		
Contas a receber de clientes	Amortizado	8.422	-
	Custo		
Caixa e equivalentes de caixa	Amortizado	4.627	-
<b>Total</b>		<b>13.049</b>	-

	Categoria	31/12/2025	31/12/2024
Partes Relacionadas	Custo	1.262	-

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Amortizado	
<b>Total</b>	<b>2.400</b>	-

**9. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Consideramos como equivalente de caixa por se tratar de aplicações com liquidez imediata e de compromissos de curto prazo. São aplicações utilizadas como instrumentos de gestão de tesouraria, ou seja, diariamente os saldos das contas correntes são aplicados, tendo liquidez imediata, à uma taxa de 90% do CDI e aplicações automáticas diárias de liquidez imediata com taxa de 4,5% e 5% a.a, em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	58	-
Aplicações financeiras	4.569	-
<b>Total</b>	<b>4.627</b>	-

**10. Contas a receber de clientes**

A Companhia é responsável pela exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da BR-381/MG e BR-364/RO:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Clientes partes relacionadas	18 c	447	-
<b>Clientes partes relacionadas</b>		<b>447</b>	-
Medições a faturar – clientes privados		7.975	-
<b>Medições a faturar</b>		<b>7.975</b>	-
<b>Total</b>		<b>8.422</b>	-

A seguir, os vencimentos do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Clientes</b>	<b>447</b>	-
<b>Vencidos</b>	<b>443</b>	-
Até 30	431	-
30 – 60	5	-
60 – 90	7	-
90 – 120	-	-
> 120 dias	-	-
<b>A vencer</b>	<b>4</b>	-
<b>Total</b>	<b>447</b>	-

A provisão para perdas com créditos é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não identificou necessidade de provisão para perda esperada de créditos.

	31/12/2025	31/12/2024
Medições a faturar (*)	7.975	-

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Total</b>	<b>7.975</b>	-
--------------	--------------	---

(\*) O saldo de medições a faturar refere-se às receitas reconhecidas de acordo com o estágio de execução das obras (descritos na Nota Explicativa nº 3.12 b) que ainda não se encontram faturados.

**11. Estoques**

	31/12/2025	
Estoque de material (a)		346
<b>Total</b>		<b>346</b>
Circulante		346
Não circulante		-
<b>Total</b>		<b>346</b>

(a) Estoque para consumo na prestação de serviço de execução das obras.

A Companhia não identificou fatores que caracterizassem situações de obsolescência no estoque.

**12. Impostos a recuperar / compensar**

A Companhia possui créditos de impostos a recuperar/compensar advindos de retenções na fonte em suas notas fiscais de faturamento e aplicações financeiras, créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL e impostos pagos a maior ou indevidamente. Todos reconhecidos perante o fisco.

	31/12/2025	
IRPJ		2.024
CSSL		723
INSS a compensar (*)		110
IRRF sobre aplicação financeira		5
<b>Total</b>		<b>2.862</b>

A Administração tem avaliado periodicamente a evolução desses créditos acumulados de impostos e a provisão para perdas necessária, objetivando o seu aproveitamento. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos da Companhia.

(\*) INSS a compensar: retenção de INSS na fonte sobre faturamento conforme Lei 9.711 /98.

**13. Imobilizado**

	31/12/2025	
Máquinas e equipamentos		323
Ferramentas e equipamentos		349
Veículos		14
Equipamentos de informática		120
Móveis e utensílios		171
Instalações		111
<b>Total</b>		<b>1.087</b>

Durante os exercícios objetos dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a rubrica de imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

Custo	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em			Saldo em 31/12/2025
		31/12/2024	Adições	Baixas	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	% - Taxa de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	-	-	362	-	-	362
Ferramentas e equipamentos	-	-	377	-	-	377
Veículos	-	-	15	-	-	15
Equipamentos de informática	-	-	132	-	-	132
Móveis e utensílios	-	-	186	-	-	186
Instalações	-	-	114	-	-	114
<b>Total</b>		-	<b>1.184</b>	-	-	<b>1.184</b>

**Depreciação**

Máquinas e equipamentos	7% a 25%	-	(40)	-	-	(40)
Ferramentas e equipamentos	10% a 25%	-	(28)	-	-	(28)
Veículos	9% a 25%	-	(1)	-	-	(1)
Equipamentos de informática	10% a 20%	-	(12)	-	-	(12)
Móveis e utensílios	10% a 20%	-	(15)	-	-	(15)
Instalações	10% a 25%	-	(3)	-	-	(3)
<b>Total</b>		-	<b>(97)</b>	-	-	<b>(97)</b>

<b>Saldo</b>		-	<b>1.087</b>	-	-	<b>1.087</b>
--------------	--	---	--------------	---	---	--------------

**a) Garantias**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem bens do ativo imobilizado dados em garantia.

**b) Valor recuperável**

Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração da Companhia entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis de vida útil determinada pudesse ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas, conforme os itens 10 e 12 do CPC 01.

**14. Fornecedores**

O saldo de fornecedores representa, basicamente, compromissos por aquisição de insumos necessários à execução dos serviços contratados ou a aquisição de equipamentos com recursos próprios.

Os prazos de vencimentos desses passivos costumam se situar entre 30 e 90 dias da data de entrega e são registrados quando repassados os riscos e benefícios inerentes aos bens, produtos e serviços prestados.

	Nota	31/12/2025
Fornecedores de mercadorias e serviços		1.296
Fornecedores – partes relacionadas	18 d	523
Fornecedores – comprometimento (*)		188
<b>Total</b>		<b>2.007</b>

(\*) Provisão das notas fiscais de fornecedores, que foram emitidas ou contabilizadas em 2026, mas que o custo se refere ao mês de dezembro/2025.

**15. Adiantamentos de clientes**

	Nota	31/12/2025
Adiantamentos de clientes (*)	18	7.825
<b>Total</b>		<b>7.825</b>
Circulante		7.825
Não circulante		-

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Total</b>	<b>7.825</b>
--------------	--------------

(\*) Adiantamento contratual recebido dos clientes Concessionária Nova 381 e Concessionária Nova 364. Obra iniciada em 2025.

**16. Salários e encargos a pagar**

	31/12/2025
Obrigações trabalhistas e sociais	819
Provisão de férias e encargos	280
<b>Total</b>	<b>1.099</b>

**17. Impostos a recolher**

	31/12/2025
IRRF e CSRF	118
PIS e COFINS sobre faturamento	368
INSS	7
ISSQN	145
<b>Total</b>	<b>638</b>

**18. Partes Relacionadas**

A composição dos saldos referentes a transações com as empresas consorciadas em 31 de dezembro de 2025 está apresentada abaixo:

	31/12/2025
<b>Compras feitas para o REIDI (a)</b>	
Construtora Aterpa S.A – REIDI	1.262
<b>Total</b>	<b>1.262</b>
Circulante	1.262
Não Circulante	-
<b>Total</b>	<b>1.262</b>

	31/12/2025
<b>Clientes partes relacionadas – Ativo (b)</b>	
Concessionária Nova 364	19
Consórcio Construtor BR-364	428
<b>Total</b>	<b>447</b>
<b>Fornecedores partes relacionadas – Passivo (c)</b>	
Construtora Aterpa S.A.	523
<b>Total</b>	<b>523</b>
<b>Adiantamento de Clientes – Passivo (d)</b>	
Concessionária Nova 381	7.825
<b>Total</b>	<b>7.825</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Partes relacionadas – Natureza das transações – Saldos em 31/12/2025.**

- a) Compras com o benefício do REIDI que obrigatoriamente devem ser feitas pela consorciada líder. A Companhia mensalmente ressarcie a Aterpa através de Nota de Débito.
- b) Notas de débito referente reembolso de custos entre os dois consórcios que fazem parte do mesmo grupo empresarial
- c) Notas de débito referente reembolso de custos entre a Companhia e a parte relacionada Construtora Aterpa.
- d) Adiantamento contratual recebido dos clientes Concessionária Nova 381 e Concessionária Nova 364.

A movimentação dos saldos em consorciadas no exercício é demonstrada abaixo:

	Aterpa REIDI	Zanka	Total
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-	-	-
Entrada de recursos financeiros	1.262	-	1.162
Saída de recursos financeiros	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.262</b>	<b>-</b>	<b>1.162</b>

**19. Provisão para riscos e depósitos judiciais****a) Causas avaliadas pela Companhia com probabilidade de desfecho desfavorável e classificadas como perda provável**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Não foram constituídas provisões para riscos considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, pois a probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como possível.

**b) Causas avaliadas pela com alguma chance de decisão desfavorável e perda possível**

Em 31 de dezembro de 2025, O montante de R\$ 407 referente a causas trabalhistas não está provisionado nas demonstrações financeiras, uma vez que, conforme avaliação dos assessores legais, tais processos apresentam probabilidade de perda classificada como possível ou remota, ou, ainda, encontram-se em fase inicial, sem análise de mérito pelo Judiciário, não atendendo, portanto, aos critérios para reconhecimento de provisão.

	31/12/2025
Trabalhistas	407
<b>Total</b>	<b>407</b>

**c) Reserva para perdas de natureza tributária**

A Companhia constituiu provisão para perda de natureza tributária referente ao valor utilizado para deduzir a base de cálculo do ISSQN relativo a fornecimento de materiais que são consumidos e incorporados à obra. Mesmo o Código Tributário de diversos municípios permitindo efetuar a dedução dos materiais na base de cálculo do ISSQN, a Administração decidiu provisionar o risco de uma possível contingência, devido ao julgamento RE 603.497 do Supremo Tribunal Federal (STF).

	31/12/2025
Dedução da Base de Cálculo do ISSQN nas NFs de Faturamento	712
<b>Total</b>	<b>712</b>

**20. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$ 1.210 dividido em 1.210.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2025
	Participação Societária
Opportunity Dinamico FIP	99.99%

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pw 233 Participações S.A.	0.01%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**B) Movimentação de capital**

	Ações	Valor
Constituição (*)	10.000	10
Aumento de capital (**)	1.200.000	1.200
<b>Total</b>	<b>1.210.000</b>	<b>1.210</b>

\*Em 26 de março de 2025, foi deliberado conforme Ata de Assembleia a constituição da Companhia com subscrição de 10.000 ações ordinárias pelo preço de emissão de R\$ 1.

\*\* Em 14 de maio de 2025, foi deliberado o aumento de capital da Companhia com subscrição de 800.000 ações ordinárias pelo preço de emissão de R\$1.

\*\* Em 13 de novembro de 2025, foi deliberado o aumento de capital da Companhia com subscrição de 400.000 ações ordinárias pelo preço de emissão de R\$1.

**C) Reserva de Lucro**

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante do capital social da Companhia.

**C.1) Reserva Legal**

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi constituída reserva legal, no montante de R\$ 149.

**C.2) Reserva de retenção de lucros**

Conforme estabelecido pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi constituída reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 2.132

**d) Dividendos a pagar**

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor.

	31/12/2025
<b>Lucro líquido</b>	<b>2.992</b>
Reserva legal	150
<b>Dividendo mínimos obrigatórios</b>	<b>710</b>
Reserva de retenção de lucros	2.132

**21. Receita líquida de venda e serviços prestados**

A reconciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida é como segue:

	31/12/2025
<b>Receita bruta na prestação de serviços:</b>	
Execução de obras – BR-381/MG	90.781
Execução de obras – BR-364/RO	4.401
<b>Total</b>	<b>95.182</b>
Impostos sobre serviços	(3.961)
<b>Receita líquida de serviços prestados</b>	<b>91.221</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22. Custos, despesas e outras receitas (despesas) operacionais por natureza**

	31/12/2025
Depreciação e amortização	(97)
Gastos com empregados	(16.652)
Matéria prima, insumos e custos indiretos	(64.623)
Despesas administrativas diversas	(4.184)
Outras despesas	(705)
<b>Total</b>	<b>(86.261)</b>
Custo dos serviços prestados	(81.372)
Despesas administrativas	(4.184)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(705)
<b>Total</b>	<b>(86.261)</b>

**23. Resultado financeiro**

	31/12/2025
<b>Receitas financeiras</b>	
Juros	80
Descontos obtidos	2
Atualização Selic	7
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>89</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Juros	(32)
Outras despesas financeiras	(6)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(38)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>51</b>

**24. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotou o regime de tributação pelo lucro real. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescido de um adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil mensais. A CSLL foi calculada à alíquota de 9%, ambas incidindo sobre o lucro contábil ajustado conforme a legislação vigente.

	31/12/2025	
	IRPJ	CSLL
<b>Lucro Antes dos Impostos</b>	5.012	5.012
Adições (a)	986	986
<b>Lucro Líquido ajustado</b>	<b>5.998</b>	<b>5.998</b>
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	-
<b>Base de Cálculo</b>	<b>5.998</b>	<b>5.998</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CSLL (9%)	-	540
IRPJ (15%)	900	-
Adicional (10%)	579	
<b>Imposto Apurado</b>	<b>1.479</b>	<b>540</b>
Imposto Diferido (b)	-	-
<b>Total Impostos</b>		<b>2.019</b>
<b>Aliquota Efetiva</b>		<b>34%</b>

**a) Adições**

	31/12/2025	
	IRPJ	CSLL
<b>Adições</b>	<b>986</b>	<b>986</b>
Dedução da Base de Cálculo do ISSQN nas NFs de Faturamento*	712	712
Despesas de períodos anteriores não dedutíveis**	273	273
Outros	1	1

\*Conforme nota explicativa nº 19.

\*\*Refere-se ao reconhecimento pela Companhia, no exercício de 2025, do resultado do Consórcio 381 relativo ao exercício de 2024, cujo efeito não é dedutível para fins fiscais por estar fora do período de competência.

**b) Imposto diferido**

A Companhia avaliou, na data das demonstrações financeiras, a existência de diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal de seus ativos e passivos, conforme requerido pelo CPC 32. Em 31 de dezembro de 2025, considerando o estágio inicial de suas operações e o curto período de atividade no exercício, não foram identificadas diferenças temporárias relevantes que justificassem o reconhecimento de ativos ou passivos fiscais diferidos.

**25. Benefícios a empregados****a) Participação nos lucros e resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos empregados, após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**b) Seguro de vida em grupo**

	31/12/2025
Seguros de vida em grupo	44
<b>Total</b>	<b>44</b>

**c) Plano de assistência médica**

	31/12/2025
Parte Empresa	91
Empregado	9
<b>Total</b>	<b>100</b>

**26. Evento Subsequente**

Em 05 de Fevereiro de 2026, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 1.650, mediante emissão de 1.650.000 de ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi totalmente integralizado em 2026.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 02 de março de 2026, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 1.000. mediante a emissão de 1.000.000 de ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. O aumento foi totalmente integralizado em 2026.